



TÓPICOS NAS CIÊNCIAS DA SAÚDE

VOLUME VII

ARIS VERDECIA PEÑA
ORGANIZADORA



Pantanal Editora

2021

Aris Verdecia Peña
Organizadora

Tópicos nas ciências da saúde
Volume VII



Pantanal Editora

2021

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Prof. Msc. Adriana Flávia Neu
Prof. Dra. Albys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Prof. Msc. Aris Verdecia Peña
Prof. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Prof. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. Msc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Prof. Dra. Denise Silva Nogueira
Prof. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. Msc. Javier Revilla Armesto
Prof. Msc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. Msc. Lucas R. Oliveira
Prof. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez
Prof. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Prof. Msc. Mary Jose Almeida Pereira
Prof. Msc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Prof. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Prof. Dra. Patrícia Maurer
Prof. Msc. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo
Prof. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira
Prof. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Mun. Rio de Janeiro
UNMSM (Peru)
UFMT
Mun. de Chap. do Sul
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB
UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T674 Tópicos nas ciências da saúde [livro eletrônico] : volume VII / Organizadora
Aris Verdecia Peña. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2021. 90p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-81460-09-9

DOI <https://doi.org/10.46420/9786581460099>

1. Ciências da saúde. 2. Farmacológicos. 3. Saúde. I. Peña, Aris Verdecia.

CDD 610

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

Apresentamos um novo e-book “Tópicos na Ciência da Saúde: Volume VII” com uma diversidade de assuntos relacionados à saúde. O primeiro capítulo do e-book começa com os princípios biomecânicos aplicados no diagnóstico da Artrite Reumatóide, uma revisão de grande utilidade para todos os clínicos gerais, incluiremos também dois capítulos relacionados à esfera da odontologia, uma delas relacionada a implantes em cirurgia dentária, onde recuperamos desta forma a saúde bucal de muitos pacientes, complicações bucais que podemos encontrar no diabetes mellitus, desafio de atendimento ao paciente apenas pelo dentista o que é muito útil porque na atualidade a população a nível mundial aumentou.

Temos neste e-book aspectos relacionados com a violência doméstica na mulher, uma patologia que é muito frequente porque sabemos que muitas vezes nem todos os casos são notificados e chegam a luz pública, como podemos ajudá-la a superar esse estado psicológico e posteriormente como enfrentar a incorporação na sociedade, tema muito útil para todo o pessoal da área da saúde da enfermagem e para todo o pessoal que interage com os pacientes. Considero também que o papel do farmacêutico na interação no sistema de saúde com os pacientes é de grande importância, onde são atendidos diariamente diferentes pacientes, que muitas vezes nesse primeiro contato os farmacêuticos se encarregam de explicar aos pacientes como fazer os diferentes tipos de tratamento.

Este e-book possui vários tópicos, mas considero todos eles de grande importância e também proporcionará um grande conhecimento para quem tiver interesse em realizar a leitura, esperamos que gostem e nos vemos em uma próxima edição.

Aris Verdecia Peña

SUMÁRIO

Apresentação	4
Capítulo I	6
Principais biomarcadores aplicados no diagnóstico da Artrite Reumatoide: Uma revisão integrativa da literatura	6
Capítulo II	21
A influência do uso de bifosfonatos na cirurgia de implantes dentários	21
Capítulo III	30
Complicações orais clínicas da Diabetes Mellitus	30
Capítulo IV	42
Morfologia, epidemiologia e virulência de espécies do gênero <i>Candida</i>	42
Capítulo V	59
Desafios do atendimento odontológico ao paciente surdo	59
Capítulo VI	67
Repercussões psicológicas na saúde mental de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar: revisão integrativa	67
Capítulo VII	79
Práticas Integrativas e Complementares em saúde: O papel do farmacêutico, cenário e desafios no Sistema Público Brasileiro	79
Índice Remissivo	89
Sobre a organizadora	90

Práticas Integrativas e Complementares em saúde: O papel do farmacêutico, cenário e desafios no Sistema Público Brasileiro

Recebido em: 27/09/2021

Aceito em: 06/10/2021

 10.46420/9786581460099cap7

Iracema Queiroz da Silva Neta^{1*} 

Juliana de Lima Silva² 

Carolina Ayres da Silva³ 

Erika Cristina Gomes Frutuoso⁴ 

Keila Lima da Silva⁵ 

Maria Luiza Batista Matos⁶ 

Bruna Mariáh da Silva e Silva⁷ 

INTRODUÇÃO

Ao longo da história os conceitos de saúde e de doença foram construídos e modificados inúmeras vezes. São concepções que se transformam continuamente e estão intimamente ligadas as definições históricas, geográficas, políticas, sociais, econômicas e culturais de uma sociedade. Essas definições envolvem ações de políticas públicas, e as análises de comportamentos da população, diante as questões de saúde apresentadas no ambiente em que vivem. Nesta perspectiva, a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1946 definiu que saúde “é o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade” (Comin; Figueredo, 2018). Conceito este, que sofreu vários questionamentos dada sua amplitude.

Diante disto, em maio de 1974 surgiu no Canadá um movimento de promoção a saúde, com a divulgação do relatório conhecido como o informe Lalonde “*A new perspective on the health of Canadians*”, este foi o primeiro documento oficial a tratar o termo promoção a saúde com o contexto do pensamento estratégico. Em 1978, a OMS convocou em parceria com a *United Nations Children’s Fund* (UNICEF), a I Conferência Internacional Sobre os Cuidados Primários de Saúde, realizada em Alma-Ata no Cazaquistão, o documento síntese desse encontro é conhecido como a Declaração de Alma-Ata e tornou-se um dos

¹ Graduanda em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade Estácio – Campus Castanhal.

² Graduanda em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade Estácio – Campus Castanhal.

³ Graduanda em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade Estácio – Campus Castanhal.

⁴ Graduanda em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade Estácio – Campus Castanhal.

⁵ Graduanda em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade Estácio – Campus Castanhal.

⁶ Graduanda em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade Estácio – Campus Castanhal.

⁷ Doutora em Química pela UFF e professora do Curso de Bacharelado em Farmácia da Faculdade Estácio – Campus Castanhal.

* Autora correspondente: iracemaqueirozfarmacia@gmail.com.

mais significativos marcos para a saúde pública no mundo, pois fundamenta o movimento de reforma a saúde internacional (Gonçalves et al., 2020).

No entanto, a incorporação da ideia de promoção de saúde para todos no Brasil inicia-se a partir da década de 1980, com a sucessão da VIII Conferência Nacional em Saúde, Movimento da Reforma Sanitária Brasileira e com a Constituição Federal de (1988), em que, o estado brasileiro assegura a redução das desigualdades sociais e regionais.

Neste contexto, surge o Sistema Único de Saúde (SUS), (Brasil, 2021; Gonçalves, 2020). O SUS, tem como base o conceito da ampliação da saúde, a necessidade de criar políticas públicas para promovê-las, com a participação social na construção do sistema e das políticas de saúde; propõe-se então que as intervenções em saúde ampliem seu escopo na busca de soluções aos problemas e as necessidades de saúde e seus determinantes e condicionantes (Brasil, 2010).

Assim, em 2006 a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares SUS no (PNPIC) institucionaliza as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) (Ministério da Saúde, 2020), como recurso terapêutico que busca a prevenção de doenças e a recuperação da saúde, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade.

Atualmente, o SUS oferece de forma integral e gratuita 29 procedimentos de PICS à população, dentre os quais se destacam: Homeopatia, Medicina tradicional Chinesa – Acupuntura e Plantas Mediciniais – Fitoterapia, cujos atendimentos começam na atenção básica. As PICS favorecem a equipe multidisciplinar de saúde no cuidado integral ao paciente, uma vez que, considera o indivíduo na sua dimensão global, sem perder de vista a sua singularidade. Por serem práticas não invasivas que se integram a medicina convencional, diversifica as possibilidades para a atuação do profissional de saúde e conseqüentemente o tratamento do paciente (Ministério da Saúde, 2020; Takeshita et al., 2021), o que pode recuperar a proximidade do homem com a natureza.

A relação entre humanos e plantas medicinais (PM) ocorre desde as civilizações mais antigas: Gregos, Egípcios, Hindus e Persas. Eles utilizavam vegetais com o interesse curativo há 60.000 anos a. C. pelo fácil acesso, cultivo simples e baixo custo. Somados a necessidade de prevenção e cura de doenças, possibilitaram a utilização cada vez maior das plantas medicinais- assim, este conhecimento tornou-se um saber cultural popular valioso passado de geração a geração (Braga et al., 2021).

Com o avanço tecnológico e o surgimento da indústria farmacêutica, as plantas medicinais passaram a ser industrializadas, o resultado deste processo são os medicamentos fitoterápicos, obtidos essencialmente de matéria prima vegetal. Esta classe de medicamento está em constante crescimento no mercado, dada a evolução dos estudos químicos e farmacológicos que comprovam a eficácia das plantas medicinais para tratamento de inúmeras patologias (Silva et al., 2017). Contudo, ainda se faz necessário

estudos que corroborem a aplicabilidade e benefícios das PICS em especial a fitoterapia, dada sua amplitude. Assim, o presente trabalho teve como objetivo analisar a atuação e possibilidades do profissional farmacêutico diante do cenário brasileiro de saúde pública, devido a crescente utilização de PM e produtos fitoterápicos.

MÉTODOS EMPREGADOS

O presente trabalho é uma revisão da literatura, desenvolvida com uso de material já elaborado, constituído de artigos científicos, a coleta foi realizada no primeiro semestre do ano de 2021.

A busca dos artigos foi realizada nas plataformas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), BVS Brasil (Biblioteca Virtual em Saúde), Lilacs (Literatura Latino-Americana do Caribe em Ciências da Saúde) e Google Acadêmico, com os seguintes descritores: PICS, terapias complementares, cuidado farmacêutico, saúde pública e PNPIC. Foram incluídos artigos publicados em inglês e português, que descreviam e justificavam o auxílio das PICS na saúde pública brasileira e os desafios e anseios do profissional farmacêutico, nos últimos 20 anos. Todos os demais trabalhos que não atenderam aos critérios de inclusão foram descartados, assim como os artigos duplicados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Plantas medicinais- aspectos gerais

A OMS define como PM, todos os vegetais que apresentam em seus órgãos uma ou mais substâncias terapêuticas que sejam precursores de fármacos semissintéticos (Lima; Fernandes, 2020). As PM fazem parte da história e evolução da humanidade, o homem descobriu de forma empírica que poderia usá-las em seu benefício, tanto como alimento ou para a cura de diversos males. Segundo Motta et al. (2016) os chineses, egípcios, hindus e gregos foram os primeiros povos a classificarem ervas medicinais a partir de suas características organolépticas.

Um dos primeiros registros do uso de PM com fins terapêuticos foi descrito de forma cuneiforme pelos Sumérios na Mesopotâmia em (2.600 a.C.). Na China, uma das grandes obras a respeito da temática foi a *Pen Ts'ao* (a grande fitoterapia), escrita pelo Imperador Shen-Nung (2.800 a. c), precursor da medicina chinesa com descobertas a respeito de plantas e seus efeitos terapêuticos (Silva, 2019). Outra obra de grande importância é o Papiro de Ebers, famoso manuscrito egípcio que cataloga em torno de 125 espécies de plantas e 811 receitas medicinais e suas formas de uso, descoberto e publicado por Georg Ebers (Silva et al., 2017; Santos, 2018).

Na história da Grécia antiga, o conhecimento a respeito das ervas medicinais em sua maioria deve-se a Hipócrates, considerado pai da medicina e autor da coletânea *Corpus Hipocraticum*, que possui como

premissa ‘que para cada doença, há um remédio vegetal e um tratamento adequado’, além de considerar que por meio de uma dieta alimentar muitas doenças poderiam ser sanadas (Monteiro; Brandelli, 2017).

No Brasil, os conhecimentos a respeito de plantas medicinais derivam dos indígenas, que aqui habitavam. Estes as utilizavam em seus rituais religiosos e tratavam inúmeras enfermidades.

Essas práticas eram passadas de uma descendência a outra. Esse conhecimento tradicional do uso de plantas também se dá por influência europeia, com a colonização portuguesa e a cultura negra proveniente da África (Maia, 2019).

Diante ao uso religioso e cultural de PM, se faz necessário ampliar e garantir uma perspectiva segura e científica, é neste contexto que nasce a fitoterapia: a ciência que estuda as atividades terapêuticas de drogas vegetais e seus derivados, sua origem está embasada tanto no conhecimento tradicional, como no conhecimento científico (Freire, 2017). A fitoterapia tradicional é utilizada principalmente por populações carentes e que na maioria das vezes o uso de plantas e o único recurso que se tem para tratamento ou cura de seus males, uma vez que a maioria não tem acesso a serviços básicos de saúde (Moraes, 2020).

Fitoterapia no Brasil e no mundo

A medicina tradicional é popular da utilização das plantas para curar males de saúde. Ela é uma prática milenar de saberes repassado de geração a geração, que cresceu sobretudo no final da década de 1970, quando as organizações internacionais de saúde passaram a se interessar e olhar diferente para esta forma de atenção e cuidado. Assim, ocorreu a instituição das medicinas alternativas e complementares, dentre elas o uso das PM e fitoterápicos que hoje possuem posição de destaque na pauta de discussões internacionais. A busca pela redução significativa de danos evitáveis à saúde têm levado ao aumento do uso de fitoterápicos em diversos países o que despertou o interesse do comércio mundial (Dias et al., 2017; Aracne, 2020).

Países como Estados Unidos, Malásia e Japão têm expressado interesse no uso de PM e fitoterápicos, com destaque para Alemanha, um dos maiores incentivadores de terapias naturais. Porém, com reduzida disponibilidade e produção de matéria-prima, torna-se um grande importador de insumos para a produção de fitoterápicos. Há também países como França, Bélgica, Suécia e Suíça que se destacam pela ênfase dada na publicação de estudos científicos a respeito da temática (Santos et al., 2011; Emiliano; Balliano, 2019).

Deste modo, o interesse mundial pelo conhecimento de práticas tradicionais nas últimas décadas ganhou destaque e fez parte de diversos debates públicos, no qual, muitos se concretizaram em políticas públicas, dentre elas a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do governo brasileiro que se configura em uma institucionalização do conhecimento popular e tradicional (Castro; Figueiredo, 2019).

No Brasil, estas políticas públicas voltadas a terapia estão em fase de ascensão, em várias regiões do país. Diversas secretarias estaduais e municipais de saúde instituíram programas de fitoterapia com enfoque na atenção primária à saúde e permitem o acesso da população às PM e aos fitoterápicos, a fim de suprir carências medicamentosas e melhorar a qualidade de vida das comunidades em que a população é menos favorecida (Borges; Sales; 2018).

De acordo com Castro e Albiero (2016), o Brasil é considerado um dos países mais ricos em biodiversidade, com quase 19% da floral mundial. Apesar de apresentar baixo nível de competitividade na produção de drogas vegetais quando comparado ao mercado internacional. Há uma carência por mais pesquisas voltadas para Fitoterapia no País, pois, a necessidade de investimento é indispensável para inovação de estudos e testes clínicos, que comprovem a eficácia das plantas medicinais encontradas em solo brasileiro, para consolidar as políticas públicas e impulsionar o consumo de PM no país.

A utilização das PM na arte de curar estão baseadas nos primórdios da medicina e no acúmulo de conhecimento de gerações, além disso, há fatores que contribuem para a busca das plantas como recurso terapêutico, os quais são a demora de atendimento no sistema público de saúde e o fácil acesso (Brasil, 2015; Freire, 2017).

Segundo Borges e Sales, (2018), a fitoterapia é uma das principais práticas e está em expansão em todo o Brasil. Entretanto, ainda necessita de maior adesão e inovação nas PICS, visto que, são insumos pouco valorizados economicamente, o que dificulta o alcance da fitoterapia as necessidades da realidade de diferentes populações do território brasileiro (Castro; Albiero 2016, Emiliano; Balliano 2019).

A maioria das pesquisas técnicas e científicas produzidas em instituições brasileiras não chegam à população de destino (Lima; Fernandes 2020). Assim, há insciência de profissionais farmacêuticos sobre a prática correta da fitoterapia, por isso há uma grande necessidade de capacitação desses, para que compreendam a química, toxicologia e farmacologia, preservação e o manejo das plantas medicinais sem desconsiderar o conhecimento popular (Santos et al., 2011; Maia, 2019; Aracne, 2020).

Neste sentido, Silva et al. (2017) reforçam que o uso da fitoterapia orientado por um profissional qualificado evita automedicação, garante a eficácia de todo o tratamento, elimina os riscos de toxidades e as contraindicações. Por isso, a fundamental importância de mudanças expressivas e da valorização das políticas públicas que destacam as diretrizes do SUS, por meio das PICS na atenção primária acompanhada de especialistas qualificados (Júnior, 2016; Dias, 2017; Santos, 2018).

Saúde pública

A história da saúde pública brasileira está ligada com a filantropia, sobretudo, a caridade e filantropia religiosa desde o Brasil Colonial, em que a população recebia atendimento por meio das instituições filantrópicas mantidas por igrejas. Enquanto o estado voltava suas ações restritivamente às

epidemias, ações de saneamento básico e vacina, assim como a algumas doenças negligenciadas como: transtornos mentais, hanseníase e tuberculose (Carvalho, 2016).

Neste contexto, em 1978 com a Declaração de Alma-Ata o termo promoção à saúde foi reconhecido pela primeira vez como um elemento essencial dos sistemas de saúde, pois defendia a saúde para todos o que promoveu uma discussão mundial (Itagyba; Moço, 2021), e por conseguinte, crescentes expectativas por uma nova saúde pública.

No entanto, a visão de saúde preconizada na Carta de Ottawa (1986), constitui um recurso fundamental para o desenvolvimento social, econômico e pessoal, com importante dimensão da qualidade de vida. Em que, a promoção da saúde representa um processo de capacitação da comunidade, para agir na melhoria da qualidade de vida e da saúde. Pois, sabe-se que os fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, comportamentais e biológicos estão correlacionados com a saúde da população e são fatores que podem favorecer ou prejudicar seu bem-estar (Gonçalves et al., 2020), neste sentido a saúde é construída pelo cuidado individual e coletivo.

Portanto, entende-se que a promoção à saúde é uma estratégia de discussão multifatorial a qual se objetiva identificar os fatores que colocam a saúde da população em risco, além de analisar as necessidades, condicionantes e determinantes da mesma. Por isso, as intervenções em saúde devem ser ampliadas de forma que a organização responsável pela atenção e o cuidado, envolvam concomitantemente ações e serviços que possam atuar sobre os efeitos da doença, no qual envolve comprometimento e responsabilidade entre profissionais de saúde, usuários e estado (Brasil, 2010).

Política nacional de práticas integrativas e complementares

O processo de construção da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), no âmbito do SUS, se deu a partir de diversos acontecimentos, dentre os quais é possível citar a 8ª Conferência de Saúde no ano de 1986 e a 10ª Conferência Nacional de Saúde no ano de 1996 (Brasil, 2015).

Diante deste panorama surge a Portaria nº 687 de 30 de março de 2006, que aprova a Política de Promoção da Saúde que tem como objetivo “Promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes”. Assim, o Ministério da Saúde afirma o compromisso na ampliação e qualificação das ações de promoção da saúde nos serviços e na gestão do SUS, com a publicação da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), com o processo de construção e de implantação (Brasil, 2010). Neste contexto, surge uma percepção do cuidado integral, em virtude da complexidade e singularidade de cada indivíduo.

A PNPIC preconiza a necessidade de conhecer a realidade da comunidade, para incorporar, apoiar e implementar práticas desenvolvidas no atendimento primário do SUS em muitos estados e municípios

brasileiros, com destaque a medicina tradicional chinesa, homeopatia, fitoterapia, medicina antroposófica e o termalismo. Ela corrobora o aumento do exercício da cidadania, uma vez que, tais condutas contribuem na ampliação da responsabilidade dos indivíduos pela saúde (Brasil, 2015), assim, fortalecem e ampliam a participação social.

Em 2017, o Ministério da Saúde relatou que a PIC está distribuída em 3.018 municípios brasileiros o que representa (19%), de um total de 8.200 Unidades Básicas de Saúde, com a oferta de algum procedimento relacionado às PICs, presente em 100% das capitais brasileiras, das quais 70% estão concentradas na atenção primária, 25% na atenção especializada e 5% no segmento hospitalar (Brasil, 2018). Portanto, a PNPIC no SUS, representa um grande desafio aos profissionais da saúde que lutam pela expansão e implementação da mesma, diariamente em seu ambiente de trabalho, não com uma visão vislumbrada de apresentar algo novo, mas com o desafio de apresentar técnicas eficazes e capazes de promover a saúde ao indivíduo em sua integralidade (Junior, 2016).

Cuidados farmacêuticos nas práticas integrativas e complementares

As práticas integrativas e complementares podem ser exercidas somente por profissionais que dispõem de regulamentação por parte dos seus respectivos conselhos de classe. O(a) farmacêutico(a), de acordo com o Conselho Federal de Farmácia (CRF), pode atuar: na homeopatia, acupuntura, na fitoterapia e na floralterapia. Essas práticas podem ser exercidas nas farmácias, unidades básicas de saúde e em consultórios farmacêuticos, pois necessitam de prescrição farmacêutica (CFF, 2021). Dentre as atribuições do profissional farmacêutico se pode destacar a de ser um educador em saúde.

A Educação em saúde é definida como um conjunto de práticas que objetiva a prevenção e promoção na saúde, que busca ampliar as conquistas do direito à cidadania. O que está intrinsecamente ligado as condições sociais da população, como a disponibilidade e acesso as tecnologias e conhecimento científico, além de profissionais qualificados capazes de realizar um acolhimento personalizado, de acordo com as peculiaridades de cada um. Assim, será possível contribuir efetivamente contribuir efetivamente para qualidade de vida das pessoas (Brasil, 2010; MEC, 2021), uma vez que, se compreende que a saúde não é estática, mas um processo que sofre mudanças constantes e tem o farmacêutico como um dos profissionais que protagoniza essas mudanças.

Logo, as(os) farmacêuticas(os) cabe a contribuição de forma efetiva na PNPIC, pois são profissionais que compõem a equipe multidisciplinar de saúde. Além de produtoras(es) ou formuladoras(es) de fármacos, são orientadoras(es) em saúde, que historicamente tem se tornado cada vez mais acessíveis aos múltiplos cuidados em saúde.

Assim, o Conselho Federal de Farmácia em 26 de novembro de 2009, aprovou a resolução nº 516 que regulamenta o farmacêutico como um profissional de saúde habilitado a exercer sua perícia técnica

nas diferentes áreas de sua formação, dentre as quais se destaca a acupuntura, técnica da Medicina Tradicional Chinesa que contempla a moxabustão; aplicação de ventosas; ventosas com sangria superficial; sangria superficial; eletroacupuntura; laseracupuntura; aurículoacupuntura e auriculoterapia; indicação assistida das fórmulas magistrais chinesas e das ervas chinesas no contexto filosófico energético da medicina tradicional chinesa (CFF, 2009), que posteriormente veio a ser complementada.

Enquanto a Resolução N° 572 de 25 de abril de 2013 dispõe a respeito das especialidades farmacêuticas por linhas de atuação, com destaque para as Práticas Integrativas e Complementares, com destaque para: homeopatia, fitoterapia, plantas medicinais, termalismo social -crenoterapia e a antroposofia (CFF, 2013). Desta forma, o farmacêutico está presente principalmente nos laboratórios de fitoterápicos, no ensino, nas pesquisas científicas e na gestão de serviços de saúde no SUS, a frente de programas como a farmácia viva, na prescrição de medicamentos fitoterápicos, aviação de prescrições e no acompanhamento e orientação da farmacoterapia dos pacientes, assim, são vários avanços e incontáveis desafios a serem superados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As PICS são recursos terapêuticos que visam a prevenção e recuperação da saúde, caracterizada pela interdisciplinaridade e por uma visão singular de cada indivíduo. A abrangência das PICS no sistema de saúde pública brasileira e a relevância do profissional farmacêutico na atuação delas é um cenário pouco explorado e valorizado. Apesar do SUS ofertar 29 práticas, ainda há inúmeros desafios encontrados, os quais se destacam obstáculos burocráticos, falta de especialistas aptos e notável desvalorização econômica pelo desinteresse dos gestores, o que ocasiona a falta de estrutura física adequada e consequentemente a subutilização das PICS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANVISA (2014). Resolução da Diretoria Colegiada – RDC n° 26, de 13 de maio de 2014, dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 de mai. 2014.
- Borges FV, Sales MDC (2018). Políticas públicas de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil: sua história no sistema de saúde. *Pensar Acadêmico*, 16(1): 13-27.
- Braga TL, Oliveira L (2021). O Uso De Plantas Medicinais No Em Comunidades Do Município De São Domingos Do Araguaia-Pa: Oficinas De Aprendizagem Com Os Agentes Comunitários De Saúde. *Revista Comunicação Universitária*, 1(1).
- Brandelli CLC (2017). Plantas medicinais: Histórico e Conceitos.

- BRASIL (1988). Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.
- BRASIL (2009). Conselho Federal de Farmácia. Resolução CFF nº 516, de 16 de novembro de 2009. Define os aspectos técnicos do exercício da Acupuntura na Medicina Tradicional Chinesa como especialidade do farmacêutico. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- BRASIL (2010). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde. 60p.
- BRASIL (2013). Conselho Federal de Farmácia. Resolução CFF nº 572, de 25 de abril de 2013. Dispõe sobre a regulamentação das especialidades farmacêuticas, por linhas de atuação. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- BRASIL (2015). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde. 96p.
- BRASIL (2018). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de implantação de serviços de práticas integrativas e complementares no SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde. 56p.
- BRASIL (2020). Ministério da Saúde. Secretaria de atenção primária a saúde/Departamento de saúde da família. Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde nos Sistemas de Informação em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. 19p.
- Castro MR, Figueiredo FF (2019). Saberes tradicionais, biodiversidade, práticas integrativas e complementares: o uso de plantas medicinais no SUS. Hygeia-Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, 15(31): 56-70.
- Castro RA et al. (2016). O mercado de matérias primas para indústria de fitoterápicos.
- CFF (2021). Conselho Federal de Farmácia. Disponível em: < <https://www.cff.org.br/>>. Acesso em: 09/08/2021.
- De Castro MR, Figueiredo FF (2020). Estudos e pesquisas sobre o uso de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil: caminhos e desafios. Ar@cne, v. 24.
- Dias ECM et al. (2017). Uso de fitoterápicos e potenciais riscos de interações medicamentosas: reflexões para prática segura. Revista Baiana de Saúde Pública, 41(2).
- Emiliano AS, Balliano TL (2019). Prospecção de Artigos e Patentes sobre Plantas Medicinais Presentes na Caatinga Brasileira. Cadernos de Prospecção, 12(3): 615.

- Feio A, Oliveira CC (2015). Confluências e divergências conceituais em educação em saúde. *Saúde e Sociedade*, 24(2): 703-715.
- Freire CJ (2017). Redescobrimo receitas: a produção e circulação de saberes sobre plantas medicinais e fitoterápicos em pediatria.
- Gonçalves RN et al. (2021). Política nacional de promoção da saúde: o percurso de elaboração, implementação e revisão no BRASIL. *Divers@l*, 13(2): 198-205.
- Lima BB, Fernandes FP (2020). Uso e diversidade de plantas medicinais no município de Aracati- CE, Brasil.
- Maia CLA et al. (2019). Benefícios e malefícios relacionados ao uso empírico de plantas medicinais por gestantes: uma revisão da literatura.
- MEC (2021). SAÚDE. Portal Ministério de Educação – MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro092.pdf>. Acesso em: 20/04/2021.
- Melo PMCO et al. (2021). Dinâmicas de conhecimento e uso de plantas medicinais em um assentamento rural de Belém do Pará-PA. *Rodriguésia*, v. 72.
- Motta AO et al. (2016). Levantamento do uso de Plantas Medicinais em um Centro de Educação Infantil em Goiânia–GO. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, 14(1): 629-646.
- Nunes JD, Maciel MV (2017). A importância da informação do profissional de enfermagem sobre o cuidado no uso das plantas medicinais: uma revisão de literatura. *Rev Fitos*. 10(4): 518-525.
- Rocha FAG et al. O uso terapêutico da flora na história mundial. *Holos*, 1: 49-61.
- Santos JT et al. (2018). Estudo sobre os dez anos de implantação da política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos (PNPMF) no Brasil.
- Santos RL et al. (2011). Análise sobre a fitoterapia como prática integrativa no Sistema Único de Saúde. *Revista brasileira de plantas medicinais*, 13: 486-491.
- Scorsolini-Comin F, Figueiredo IA (2018). Concepções de saúde, doença e cuidado em Primeiras estórias, de Guimarães Rosa. *Saúde e Sociedade*, 27: 883-897.
- Silva DB et al. (2020). Levantamento de plantas medicinais utilizadas pela população urbana no município de Capitão Poço, mesorregião nordeste paraense.
- Silva NCS et al. (2017). A utilização de plantas medicinais e fitoterápicos em prol da saúde. *Únicas cadernos acadêmicos*, 3(1).
- Telesi E (2016). Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. *Estudos Avançados*, 30(86): 99-112.
- Vandebroek I, Picking D (2020). *Popular medicinal plants in Portland and Kingston, Jamaica*. Springer.

ÍNDICE REMISSIVO

	D		P
Diagnóstico, 11		PICS, 80, 81, 83, 86	
	F	Plantas Medicinais, 80, 82	
Fitoterapia, 80, 83		PNPIC, 80, 81, 84, 85	
	I		R
Implantes, 25		Repercussões, 67	
	L		T
Libras, 61, 63, 65		Transtorno, 72, 74	
	M		V
Morfogênese, 43		Violência, 69, 71, 72	

SOBRE A ORGANIZADORA

ARIS VERDECIA PEÑA



Médica, graduada em Medicina (1993) pela Universidad de Ciencias Médica de Santiago de Cuba. Especialista em Medicina General Integral (1998) pela Universidad de Ciencias Médica de Santiago de Cuba. Especializada em Medicina en Situaciones de Desastre (2005) pela Escola Latinoamericana de Medicina em Habana. Diplomada em Oftalmología Clínica (2005) pela Universidad de Ciencias Médica de Habana. Mestrado em Medicina Natural e Bioenergética (2010), Universidad de Ciencias Médicas de Santiago de Cuba, Cuba. Especializada em Medicina Familiar (2016) pela Universidade de Minas Gerais, Brasil. Profesora e Instructora da Universidad de Ciencias Médicas de Santiago de Cuba (2018). Ministra Cursos de pós-graduação: curso Básico Modalidades de Medicina Tradicional em urgências e condições de desastres. Participou em 2020 na Oficina para Enfrentamento da Covi-19. Atualmente, possui 11 artigos publicados, e seis organizações de e-books.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br